

O CAPITAL SOCIAL: UMA ANÁLISE REFLEXIVA DE SUAS CONTRARIEDADES

Paulo César da Silva Ilha¹

ILHA, P. C. da S. O capital social: uma análise reflexiva de suas contrariedades. **Rev. Ciênc. Empres. UNIPAR**, Umuarama, v. 17, n. 2, p. 317-330, jan./jun. 2016.

RESUMO: Este estudo analisa o capital social numa reflexão sobre sua capacidade de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico. Nesse sentido, busca-se respostas para três questões que são pertinentes, como: o capital social existente pode ter caráter de contrariedades, ou seja: pode ser sinérgico ou assinérgico? Existem habilidades humanas positivas capazes de favorecer a existência de capital social? O capital social por si só contempla um tipo de relacionamento em redes? Neste caso utilizou-se uma metodologia baseada em revisão teórica bibliográfica, para a dimensão do comportamento das relações sociais e dos elementos constituintes do capital social. Os resultados encontrados apontam para existência tanto de capital social sinérgico como assinérgico, podendo ou não influenciar no desenvolvimento socioeconômico.

PALAVRAS-CHAVE: Capital Social. Desenvolvimento Socioeconômico. Relações Sociais.

SOCIAL CAPITAL: A REFLEXIVE ANALYSIS OF ITS CONTRARINESS

ABSTRACT: This study analyzes the social capital on a reflection about its capacity to contribute with socioeconomic development. In this sense, it sought to answer three relevant questions, namely: Can the existing social capital be of a contrariness character, i.e., can it be synergistic or non-synergistic? Are there positive human abilities capable of favoring the existence of social capital? Does social capital comprise a type of relationship networks by itself? In order to answer these questions, a methodology based on theoretical bibliographic review for sizing the social relationship behavior and the elements constituting the social capital was applied. The results indicate the existence of both synergistic and not synergistic social capital, which can or cannot influence the socioeconomic

¹Doutor e Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Campus de Toledo – PR. Especialista em Administração de Cooperativas. Especialista em Marketing. Administrador de Empresas. Tecnólogo em Cooperativismo. Atualmente é professor e coordenador do curso de Administração do ISEPE/Marechal Cândido Rondon – PR. paulocesarilha@yahoo.com.br

development.

KEYWORDS: Social capital. Socioeconomic development. Social relations.

EL CAPITAL SOCIAL: UN ANÁLISIS REFLEXIVO DE SUS CONTRARIEDADES

RESUMEN: Este estudio analiza el capital social en una reflexión sobre su capacidad de contribuir al desarrollo socioeconómico. En este sentido, se busca respuestas a las tres preguntas que son relevantes, tales como: ¿el capital social existente puede tener contratiempos?, o sea: ¿puede ser sinérgico o asinérgico? ¿Hay habilidades humanas positivas capaces de promover la existencia del capital social? ¿El capital social, por sí solo, contempla un tipo de relacionamiento en redes? En este caso se utilizó una metodología basada en revisión de literatura teórica, para la dimensión del comportamiento de las relaciones sociales y de los elementos constituyentes del capital social. Los resultados encontrados apuntan para existencia tanto de capital sinérgico cuanto asinérgico, pudiendo o no influir en el desarrollo socioeconómico.

PALABRAS CLAVE: Capital social. Desarrollo socioeconómico. Relaciones sociales.

1 INTRODUÇÃO

Nos estudos contemporâneos, que visam a buscar novos elementos que possam ser capazes de explicar os fatores da evolução social e econômica, surge o capital social que, para autores como Boisier (1999), Castells (1999) e Putnam (2006), está ligado às relações associativas e colaborativas, tanto formais quanto informais, que vêm se consolidando como indicativos sociais capazes de proporcionar vantagens e posições privilegiadas.

A interpretação do capital social nesse estudo está intrinsecamente relacionada com o comportamento das relações sociais, e dos componentes constituintes. A linha de reflexão segue a afirmativa de Granovetter (2009), quando apresenta sua proposta de imersão¹ (*embeddedness*) afirmando, que tentar tratar os comportamentos econômicos e as instituições como meramente racionais, pouco afetados pelas relações sociais, pode ser um grande erro.

Por sua vez os componentes constituintes serão chamados de atores ou agentes sociais, e esses terão o entendimento de que fazem parte do capital social como uma célula faz parte de um organismo que possui vida. Fazendo uma ana-

¹A teoria do conceito de imersão de Granovetter ilustra um problema da sociedade moderna, baseada na nova economia institucional. Ela surgiu no fim do século XIX começo do século XX, em que a economia política precisava de novas explicações para entender o comportamento dos agentes econômicos.

logia com a afirmativa de Capra (2010, p. 23), “não existe nenhum organismo individual que viva em isolamento”. O que garante vida, ou a existência de capital social capaz de propiciar melhores condições sociais e econômicas aos demais é a sua capacidade de constituir relacionamentos em redes, e esses relacionamentos serão tratados como geradores de regras de comportamentos, valores, intenções, objetivos, estratégias, projetos, relações de poder que são essenciais para a vida social humana.

Desse escopo de análise é que fez surgir nesse estudo algumas reflexões pertinentes, tais como: o capital social existente pode ter caráter de contrariedades, ou seja, pode ser sinérgico ou assinérgico? Existem habilidades humanas positivas capazes de favorecer mais a existência de capital social? O capital social por si só contempla um tipo de relacionamento em redes?

Na tentativa de oferecer respostas a essas indagações, esse estudo tem como objetivo refletir sobre o capital social, na hipótese de que podem existir contrariedades de ação quanto à contribuição do capital social, neste caso se utilizando de uma metodologia baseada em revisão teórica bibliográfica de conceitos para a dimensão do comportamento das relações sociais e dos elementos constituintes do capital social, para adentrar na análise da possibilidade de que o capital social existente possa ser assinérgico, não gerando sinergia, e incapaz de influenciar o desenvolvimento socioeconômico².

O contexto desse estudo tratou mais dos efeitos do capital social do que da construção de um aparato conceitual consistente. Neste sentido, faz-se distinção entre capital social sinérgico, do capital social assinérgico, sendo que o capital social sinérgico é aquele em que as instituições cívicas estão conectadas em redes, com objetivos comuns e capazes de contribuir de forma significativa. Por sua vez, o capital social assinérgico é o contrário, detecta-se a sua existência, mas ele não é capaz de gerar sinergia, está desconectado e pouco pode influenciar na sociedade.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O capital social sinérgico

O surgimento das primeiras abordagens econômicas e sociais que mais tarde se denominou como “Capital Social” se deu com base na consolidada argumentação de que o desenvolvimento econômico passa necessariamente pelas relações entre os vários agentes existentes em uma região, as denominadas organizações e instituições. O fato é que a ideia geral sustentada, de que as instituições e os arranjos sociais são considerados como o resultado casual de forças legais,

²O termo apresentado de “desenvolvimento socioeconômico” está ligado intimamente com melhor qualidade de vida às pessoas.

históricas ou políticas como soluções eficientes para determinados problemas socioeconômicos.

Para o economista britânico Douglass North, defensor do neoinstitucionalismo³, as mudanças institucionais dão forma à maneira pelas quais as sociedades evoluem ao longo do tempo e, assim, constituem-se na chave para a compreensão da mudança histórica, em consequência, elas estruturam os incentivos que atuam nas trocas humanas, sejam elas políticas, sociais ou econômicas (NORTH, 1994).

No entendimento de “instituições”, o autor apresenta como agentes organizacionais ou mecanismos sociais, os que controlam o funcionamento da sociedade e, por conseguinte, dos indivíduos, uma vez que refletem experiências quantitativas e qualitativas dos processos socioeconômicos. Organizadas sob o escopo de regras e normas, visam à ordenação das interações entre os indivíduos e entre estes e suas respectivas formas organizacionais. Com outras palavras, as instituições sociais tem seu papel fundamental no processo de socialização, ou seja, tem como objetivo fazer um indivíduo tornar-se membro da sociedade, atuante social e economicamente (NORTH, 1994).

As instituições podem ser de caráter formal ou como regras de comportamento de uma dada sociedade, como exemplos, os partidos políticos, as organizações religiosas, as instituições educacionais, científicas, culturais, a amizade, o sentimento de pertencimento, os relacionamentos cooperativos, enfim uma gama de intrincadas relações que podem explicar a alocação racional de recursos que otimizem a satisfação das necessidades das pessoas.

Essas relações podem ser chamadas, segundo alguns autores de “Capital Social”. O então capital social está definido por um dos seus principais mentores, o professor da universidade de Harvard, Robert Putnam, como sendo as características da organização social local, como confiança, normas e sistemas sociais, que contribuem para aumentar a eficiência locativa dos recursos da sociedade, facilitando de forma importante às ações coordenadas de desenvolvimento (PUTNAM, 2006).

Em sua obra “Comunidade e Democracia – a experiência da Itália Moderna”, o autor apresenta uma analogia em relação ao desenvolvimento do norte com o centro sul da Itália, e afirma que a região norte conseguiu se desenvolver mais, porque ali abundam relações cívicas e se tornou rica porque eram cívicas e não cívicas porque eram ricas (PUTNAM, 2006).

Em seus estudos, Putnam (2006) afirma que quanto ao sul da Itália, esta região, por razões históricas, constituiu-se uma tradição cultural autoritária.

³O Neoinstitucionalismo apresenta as instituições como as regras do jogo em uma sociedade; mais formalmente, representam os limites estabelecidos pelo homem para disciplinar as interações humanas.

Nesse ambiente, o capital social se apresenta de forma mais concentrada nas relações de lealdade e confiança em círculos mais restritos, como os de fortes laços familiares, sendo menos propensos a associar-se com pessoas que lhes sejam menos próximas, não propiciando relações associativas e colaborativas de forma sinérgica entre os diversos agentes.

Putnam (2006) foi o primeiro autor a fazer um amplo estudo empírico, assimilando as instituições ao capital social. Este autor identifica o capital social as características das organizações sociais, tais como às redes, as normas e a confiança, que facilitam a coordenação e a cooperação em vista de um benefício mútuo. O argumento de Putnam é o de que regiões que têm uma forte tradição de engajamento cívico (elevado estoque de capital social) conseguem acionar mecanismos que melhoram o desempenho das instituições e dos governos locais: “o capital social que existe nas normas e nas redes de engajamento cívico parece ser uma condição necessária tanto ao desenvolvimento econômico quanto à eficácia dos governos” (PUTNAM, 2006, p. 37).

O capital social é, para Bourdieu (1980), o conjunto de relações e redes de ajuda mútua que podem ser mobilizadas efetivamente para beneficiar o indivíduo ou sua classe social. O capital social é propriedade do indivíduo e de um grupo; é concomitantemente estoque e base de um processo de acumulação que permite a pessoas inicialmente bem dotadas e situadas de terem mais êxito na competição social. A ideia de capital social remete aos recursos resultantes da participação em redes de relações mais ou menos institucionalizadas.

Por sua vez o interesse de Coleman (1990), no entendimento de capital social, está no fato deste recurso possibilitar ao agente engajar-se em uma ação social (coletiva). Coleman estava preocupado com os fundamentos da teoria da ação coletiva e, partindo de um quadro conceitual que privilegia o agente racional, em explicar o que leva o indivíduo a agir coletivamente (ou a participar de uma ação coletiva). A definição dada por Coleman do capital social é funcional. O conceito é percebido como uma entidade cujos componentes são impossíveis de serem identificados, a não ser pelo fato de pertencerem a uma estrutura social e que esses elementos do capital social facilitam algumas ações dos atores (individuais ou coletivos) no interior desta estrutura (COLEMAN, 1990).

Fukuyama (1995), por sua vez, argumentou que a capacidade de cooperar socialmente depende de hábitos, tradições e normas anteriores, virtudes que são encontradas no estoque de capital social de uma determinada comunidade, capital social este que não pode ser adquirido simplesmente por indivíduos agindo por conta própria, uma vez que é uma construção coletiva e histórica.

Observa-se que o capital social tem sido tratado em diversas abordagens, mas pode-se diferenciar duas grandes correntes, uma mais estrutural, focada nas relações que um ator mantém com outro ator ou atores, como nas

definições de Bourdieu e Coleman, nessa visão o capital social está relacionado aos recursos e benefícios potenciais adquiridos nestas relações. Já em outra abordagem voltada às relações cognitivas das pessoas na visão de Fukuyama e Putnam, o capital social é tratado como uma parte significativa das relações e laços que caracterizam a base da ação coletiva e lhe garante a coesão necessária para atingir os resultados esperados.

Percebe-se então, que as pesquisas se atêm mais às contribuições que o chamado capital social possa ter no desenvolvimento de regiões, porém fica uma lacuna a ser explorada, a existência de capital social assinérgico.

2.2 O capital social assinérgico

Uma determinada região pode desenvolver, ao longo de sua experiência histórica, capital social forte, mas esse capital não irá, necessariamente, contribuir para o desenvolvimento. Tome-se como exemplo um município onde as pessoas, por algum razão, possuem fortes laços culturais, famílias tradicionais, partidos políticos fortes, organizações religiosas com inúmeros fiéis e outros, sem, no entanto possuírem desenvolvimento; vivem de tradições e costumes e não conseguem transformar suas estruturas institucionais em instrumentos de riquezas locais para todos ou pelo menos para a maioria da população.

A resposta poderia estar em vários segmentos, como a não disponibilidade de fatores de produção local, a distância entre centros maiores de consumo, a proximidade com regiões problemáticas de fronteiras etc., uma explicação para isso estar acontecendo seria a não existência de sinergia entre os agentes locais, que se fecham em si mesmos, em ações de autodefesa ou de auto beneficiamento que excluem os demais de participar, autoritarismo institucional, preconceitos dentre outros.

Os trabalhos de Narayan (1999), Woolcock (1998) apontam para as três dimensões do capital social: as redes *bonding*, *bridging* e *linking*. A existência dessas três dimensões são frutos da evolução e do amadurecimento democrático de uma sociedade. Porém, percebe-se que não basta só a existência de (*bonding*) “ligação” entre as pessoas, pois se ficarem somente nessa dimensão, podem inclusive se tornar perversas, excludentes como os chamados guetos (grupos isolados). Caso esses não sejam capazes de se unir e construir (*bridging*) uma “ponte” para se tornar uma relação, vertical ou horizontal, de interação entre os diversos grupos e se conectar com os demais agentes locais ou externos, gerando redes (*linking*) “conectoras”. Estas redes conectoras consistem na união entre os vários grupos com o objetivo de alavancar recursos ou poder junto às instituições estabelecidas, acesso a bancos, governo etc., para transformar o local num espaço que propicie melhores condições de vida a todos.

É relevante destacar o fato de que nas sociedades socialmente diferen-

ciadas ou desiguais, o capital social existe, mas caso não possa se inter-relacionar pode levar à manutenção do *status quo* de exclusão. O capital social pode explicar muito a exclusão social, porque os mesmos laços que ligam podem também excluir. Assim, aqueles que pertencem a redes sociais que já possuem acesso às decisões de alocação de recursos do Estado ou do setor privado (empregos, assistência social, educação e outros), são muito mais propensos a continuar a serem incluídos em processos sociais do que aqueles que ainda não tiveram esse acesso. Esta interpretação é reforçada pela constatação de que a desigualdade de renda permanece bastante estável ao longo do tempo, mesmo durante períodos de crescimento econômico (NARAYAN, 1999).

Também é importante reconhecer que essa diferente forma de capital social não sinérgico, pode ser usado para dificultar, em vez de contribuir para o bem-estar dos indivíduos, por exemplo, quando as regras para pertencer a um grupo implicam obrigações, tais como a de acumular riqueza, em vez de compartilhar ou quando negam aos membros o acesso a serviços. Além de outras formas de controle e responsabilidade, o capital social assinérgico também pode rapidamente se tornar uma forma de nepotismo ou um mecanismo de troca de favores e de favoritismo político (KLIKSBERG, 2001).

Poderia se entender que capital social, nos termos que está sendo discutido, não passa de mera derivação de mercado, do sistema capitalista, seguindo a velha retórica de Adam Smith de que o sentido do capital é acumular (lucros) e, na ânsia desta busca, o capitalista acaba, por consequência, gerando sobras para os demais.

Abordando sobre o mesmo assunto, capital social assinérgico excluente, Becker (2003) é enfático em afirmar que não pode haver espaço para ilusão. Essa nova fase de contemplação das relações sociais envolvidas na melhor distribuição de renda, não passa do mesmo modelo capitalista em transformar a sociedade a serviço da valorização do capital financeiro, criando e recriando as regiões através de novas estratégias.

Tomando por base uma abordagem mais microssociológica⁴ e estruturalista⁵, que possa contribuir com a reflexão dos elementos e das relações constituintes de capital social, dissertou-se sobre atores/agentes e redes sociais.

⁴Microssociologia é um dos principais ramos de estudos da sociologia, que possui como tema a natureza das interações sociais humanas cotidianas. É fundamentada em análises interpretativas, alternativamente às observações empíricas e/ou estatísticas, e possui grande proximidade com escola de fenomenologia da filosofia.

⁵O estruturalismo é uma corrente de pensamento que procura explorar as inter-relações (as "estruturas") através das quais o significado é produzido dentro de uma cultura. Prioriza a interpretação de um sistema, em detrimento de fenômenos individuais.

2.3 Os elementos constituintes do capital social: os atores e agentes sociais

Nessa seção, o autor desse estudo não se interessou por categorização de análises e muito menos por concepções sociológicas e ideológicas adversas. O fato em tela é o de referenciar a existência de elementos constituintes e relacionais, que podem estar contidos em comportamentos organizacionais, informais ou não, do chamado capital social.

O capital social não deve ser entendido como algo composto de si mesmo, autodeterminado e, sim, um conjunto de elementos muito mais abstrato de ações e reações de uma sociedade complexa, por isso o exame de atores/agentes sociais passa a ser pertinente.

Para Long e Ploeg (2011), as perspectivas dos atores, apresenta uma abordagem teórica para análise da ação social e identifica, como as intervenções externas interagem sobre os mundos de vida dos indivíduos ou grupos sociais. Os atores demonstram diferentes respostas para circunstâncias estruturais semelhantes.

Para o entendimento de atores e agentes é importante observar as suas organizações sociais locais, que foram denominadas por Bourdieu (2010) como “*campus*”. Sendo que *campus* ou estruturas organizacionais, para o autor, se referem às situações mais prementes nas quais atores ou grupo de atores se reúnem e realizam suas ações recíprocas diretamente.

Bourdieu (2010) apresenta diferenças entre ator e agente quando constrói o conceito de “*habitus*”. O *habitus*, para Pierre Bourdieu, é um conjunto de concepções mentais que foram estruturadas socialmente e determinam as ações de um indivíduo. Elas estão fortemente arraigadas a ele, mas podem ser transponíveis. Quem age é agente das estruturas sociais, uma vez que elas se reproduzem por mediação do seu *habitus*; não é um ator que, por sua atuação, iria contrariar a ordem social das coisas.

Para Bourdieu (1980), capital social seria um dos tipos de recursos de que dispõem os indivíduos e os grupos sociais, que utilizam atores racionais com vistas a manter ou reforçar seu estatuto e seu poder na sociedade.

Do mesmo modo, quando se busca explicações para as ações dos atores, esses não se comportam, nem tomam decisões isoladas, fora de um contexto social, e nem adotam de forma servil um roteiro pela intersecção específica de categorias que eles porventura ocupem (GRANOVETTER, 2009). Sendo que seus propósitos estão imersos em sistemas concretos e contínuos de relações sociais.

Para compreender a importância das habilidades sociais dos atores, dependentemente de estarem defendendo um conjunto de interesses sociais é que suas ações induzem à cooperação dos outros. A habilidade de motivar os outros a tomar parte em uma ação coletiva é uma habilidade social que se prova crucial para a construção e reprodução de ordens sociais (FLIGSTEIN, 2009).

Ao definir o papel dos atores sociais e suas habilidades de atuação no campo, Fligstein (2009) apresenta uma agenda de sete contribuições dos atores no papel de organizadores sociais, quais sejam:

(i) atores sociais hábeis são fundamentais para o surgimento de novos campos; (ii) atores sociais hábeis podem ajudar a produzir quadros culturais completamente novos para seus campos; (iii) atores sociais hábeis de grupos responsáveis em campos estáveis utilizarão os recursos e as regras existentes para reproduzir seu poder; (iv) atores sociais hábeis em grupos desafiantes tenderão a criar nichos e explorar o que o sistema lhes dá para evitar grupos dominantes em campos estáveis, visando manter seu grupo unido e sua esperança de desafio viva; (v) em campos em que há pouca turbulência interna ou ameaça externa, é possível que habilidade social seja menos importante para a reprodução de grupos; (vi) atores hábeis de grupos dominantes geralmente defendem o status quo mesmo em uma crise e, finalmente; (vii) novos quadros surgirão de atores hábeis tanto do grupo invasor quanto do desafiante. Eles tenderão a criar novas regras e uma nova ordem (FLIGSTEIN, 2009, p. 87-91).

As habilidades referidas pelo autor sobre atores sociais indicam como o campo é organizado, quem são os principais atores coletivos, quais são seus recursos e as regras que orientam a possibilidade de ação.

Nas análises apresentadas de ações dos atores sociais, bem como de suas habilidades, são um tanto quanto abstratas e precisam evoluir para os estudos dos agentes sociais, mas servem nas discussões microsociológicas e nos estudos que comportam exames mais acurados das razões de sucesso ou fracasso de grupos organizados, desvendando papéis à atores sociais que auxiliem na compreensão do surgimento, manutenção e transformação de vários tipos de ordens sociais locais, como o capital social.

Os agentes sociais, por sua vez, são indivíduos/atores agrupados na defesa de interesses comuns de qualquer tipo, e que agem coletivamente na sociedade para conseguir seus objetivos através de criação de instituições, atuando nas múltiplas instâncias da organização social ou à margem delas. O conceito inclui qualquer situação desse tipo, independentemente do número de indivíduos, de suas formas de organização, da relevância de seus objetivos e da força efetiva que detenham em cada momento (MAGALHÃES FILHO, 2010).

A origem das instituições está na capacidade dos agentes que agem como fontes de poder (FLIGSTEIN, 2009). Uma vez constituídas, as instituições tanto capacitam quanto coagem os atores a se concentrarem na construção de ordens sociais locais, que poderiam ser chamadas de capital social.

2.4 As redes sociais como conectoras de capital social

Na concepção de vários autores, dentre eles Mizruchi (2009), Castells (1999), Capra (2010) e Granovetter (2009), as redes têm sido consideradas com o princípio básico de que as evidências da ação humana são afetadas pelas relações sociais complexas em que atores e agentes estão imersos. Portanto, a rede baseia-se numa noção clara dos efeitos das relações sobre o comportamento individual e grupal.

As estruturas de formação de redes são capazes de expandir-se de forma a integrar novos nós, novos elementos, desde que esses novos elementos consigam comunicar-se dentro da rede. O comunicar-se dentro da rede é compartilhar valores ou objetivos. A lógica da rede gera uma determinação social mais alta que a dos interesses sociais específicos, ou seja, o poder dos fluxos é mais importante que os fluxos do poder (CASTELLS, 1999). Para o mesmo autor, (Id. Ibid., p. 497) “A presença na rede ou a ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de dominação e transformação de nossa sociedade”.

Na dinâmica sistêmica da sociedade atual, o poder está se deslocando da cúpula para a periferia com a desestruturação das organizações, deslegitimação das instituições tradicionais, enfraquecimento de importantes movimentos sociais e culturais. A percepção é de que as pessoas, cada vez mais organizam seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que elas acreditam que são ou podem ser (CASTELLS, 1999).

A percepção é de que o poder agora está naqueles indivíduos, grupos, regiões e até países que conseguem pertencer à rede, estão conectados com os objetivos e estratégias que são processados pela rede.

Como afirmava Santos (1996, p. 215): “O poder não ficou efêmero, está fortemente presente na existência de redes”, o que na verdade está mudando é que a rede dá maior assimetria nas relações entre atores, agentes e a integração pode tranquilamente ser entendida como um processo de unificação do espaço da decisão.

Por sua vez, segundo Capra (2010, p. 95) “[...] a comunicação passa a ser o instrumento subjetivo, quase mágico que mantém e interliga os elementos na rede”. Ela produz, para o mesmo autor, um sistema comum de crenças, explicações e valores num contexto de significados que, mediante o mecanismo de *feedback*, retroalimenta o processo e dá sustentação à rede. Nesse contexto comum de significado, cada indivíduo adquire a sua identidade como membro da rede social.

Logo: “As redes de comunicações têm duplo efeito: vão gerar, por um lado, ideias e contextos de significado e, por outro, regras de comportamento ou, no jargão dos teóricos da sociologia, novas estruturas sociais” (CAPRA, 2010,

p. 95).

Numa franca desconsideração do papel das instituições e das organizações como estruturas que garantem as relações confiáveis, Granovetter (1999), apresenta as redes como novos arranjos ou novas estruturas sociais que irão dar maior confiança e desencorajarão ações de má-fé. Para ele, a preferência dominante em fazer transações com indivíduos de reputação conhecida implica que poucos estão realmente dispostos a confiar na moralidade generalizada ou nos dispositivos institucionais para evitar problemas – preferem confiar nas redes.

Na prática, hoje em dia, recorre-se mais às informações generalizadas que estão contidas nas redes sociais de quem já lidou no passado com esse indivíduo ou com esse agente e o considerou honesto. Essas informações são mais recorrentes e preferidas por quatro razões, segundo Granovetter (1999, p. 43):

(i) é barata; (ii) uma pessoa confia mais na informação que colheu pessoalmente – ela é mais rica, mais detalhada, e sabe-se que é precisa; (iii) os indivíduos com os quais se têm uma relação duradoura têm uma motivação econômica para serem dignos de confiança, para não desencorajar transações futuras; e (iv) diferentemente de motivos puramente econômicos, as relações econômicas contínuas tendem a revestir-se de conteúdo social carregado de grandes expectativas de confiança e abstenção de oportunismo.

Por isso, as preocupações de uma empresa, por exemplo, em rapidamente dissipar uma informação de imagem ruim que está na rede social é muito maior a que preocupar-se com uma ação judicial.

A ideia por trás dessas concepções supõe que estar articulado por meio de redes sociais representa um ganho não somente ao indivíduo, mas ao grupo como um todo. Nessa perspectiva, o capital social é visto como um bem social, resultante das conexões e acesso dos atores e agentes sociais aos recursos existentes nas redes ou grupos dos quais irão fazer parte.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O centro da reflexão desse estudo residiu na hipótese de que podem existir contrariedades de ações quanto à contribuição do capital social. Nesta concepção foram caracterizados dois contextos de capital social, o sinérgico e o assinérgico. O primeiro é aquele que é capaz efetivamente de contribuir para o desenvolvimento de regiões, e o segundo está mais ligado a defender interesses dos seus membros em detrimento do coletivo.

Concomitantemente com essas questões foram também elencadas mais duas reflexões pertinentes ao tema, como: existem habilidades humanas positi-

vas capazes de favorecer a existência de capital social? O capital social por si só contempla um tipo de relacionamento em redes?

De posse de um aparato bibliográfico básico e relativamente restrito, mas de grande expressão, buscou-se retratar basicamente duas correntes de pensamentos sobre capital social, uma voltada à análise e habilidades de seus componentes, como os atores e agentes, apresentadas principalmente pelos sociólogos e outra mais voltada à contribuição que o capital social pode fornecer na constituição de instituições fortes e representativas, esta mais voltada a interesse de cientistas políticos.

Analisou-se também as discussões sobre relacionamentos em redes, que possam ser conectoras de capital social, numa noção clara dos efeitos das relações sobre o comportamento individual e grupal.

Passa-se, agora, a apresentar considerações que, à luz das informações contidas, acredita-se ter algum mérito de contribuição como agenda de pesquisa, para que mais trabalhos possam ser implementados para perscrutar melhor a existência e os efeitos de capital social sinérgico e assinérgico.

Assim, o capital social cognitivo é visto como um “estoque”, ou seja, com sentimentos de pertencimento ou de cooperação. O capital social, por sua vez, por ser muito abstrato, dificulta sua análise e mensuração.

Nesse sentido, como se pode afirmar que comunidades que possuem muito capital social são mais desenvolvidas? Será que podem existir comunidades pouco desenvolvidas, mas que possuem muito capital social? A resposta para essas questões está na afirmativa de Robert Putnam, o qual é enfático em afirmar que encontrou estoque de capital social tanto no norte desenvolvido da Itália como no sul pobre.

Por outro lado, aqueles que percebem capital social com “fluxo”, ou seja, dos benefícios que poderão ser gerados pelo estoque, na linha mais estrutural, têm grandes dificuldades empíricas de afirmar que as vantagens advindas foram devido à existência de relações de indivíduos ou grupos que fazem parte do capital social. A observação fica clara quando Pierre Bourdieu afirma que capital social é um dos tipos de recursos, em sinal claro que poderão existir outros.

A resposta para esse estudo está contida nas contribuições de Michael Woolcock e Deepa Narayan quando apresentam as redes “*linking*”, as redes integradas de capital social, que necessitam tanto de estoque como de fluxo, que seriam capazes de fazer conexões sinérgicas ao quadro institucional, ao ordenamento econômico, à sociedade civil e ao poder público. Esta é a contribuição estratégica que o capital social sinérgico poderá dar ao desenvolvimento de regiões, gerando maior qualidade de vida a uma grande parte da coletividade.

Finalizando, sobre a questão de que o capital social pode ser considerado, por si só, uma relação em rede, ficou evidente que não; não nesse nível que se

deu às relações estratégicas mais abrangentes, como se referiu Manuel Castells ao afirmar que a presença na rede dá mais poder. E, por último, ficou claro que habilidades humanas positivas são sim capazes de favorecer a existência de capital social, como na afirmativa de Neil Fligstein, que a habilidade maior de um ator é a de motivar os outros a tomar parte numa ação coletiva.

REFERÊNCIAS

- BECKER, D. **Capital Social: uma nova derivação da economia de mercado?** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- BOISIER, S. **El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico.** Redes. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal). 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- _____. Le capital social: notes provisoires. *In: Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 31, pp. 2-3, 1980.
- CAPRA, F. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável.** Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: CULTRIX, 2010.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura.** Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: PAZ E TERRA, 1999.
- COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory.** Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1990.
- FLIGSTEIN, N. Habilidade Social a teoria dos campos. *In: Martes, Ana Cristina Braga (Org.) Redes e Sociologia Econômica.* São Carlos: UFSCAR, 2009.
- FUKUYAMA, F. **A Grande ruptura: a natureza humana e a reconstituição da ordem social.** Rio de Janeiro: Rocco. 1995.
- GRANOVETTER, M. Ação Econômica e Estrutura social: o problema da imersão. *In: Martes, Ana Cristina Braga (Org.) Redes e Sociologia Econômica.* São Carlos: UFSCAR, 2009.

KLIKSBERG, B. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez; Brasília-DF: UNESCO, 2001. 175 p.

LONG, N.; PLOEG, J. D. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstrução do conceito de estrutura. *In*: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural**: perspectivas teóricas e práticas sociais. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011.

MAGALHÃES FILHO, F. **Agentes Sociais no Paraná. Economia & Tecnologia**. Ano 06, Vol. 22. Julho/Setembro de 2010. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/ret/issue/view/1350>>. Acessado em 28 de novembro de 2012.

MIZRUCHI, M. S. Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. *In*: Martes, Ana Cristtina Braga (Org.) **Redes e Sociologia Econômica**. São Carlos: UFSCAR, 2009.

NARAYAN, D. **Bonds and bridges**: social capital and poverty. 1999. Disponível na Internet: <<http://econ.worldbank.org/docs>>. Acessado em 28 de novembro de 2012.

NORTH, D. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Tradução Luiz Alberto Monjardim. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

WOOLCOCK, M. Social capital and economic development: toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and Society**, vol. 27, n. 2, p. 151-208, 1998.